



Orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias

Regina Célia Tamaso Mioto

Professora do Departamento do Serviço Social da UFSC

Orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias

1 Introdução

Historicamente, orientação e acompanhamento são termos largamente utilizados pelos assistentes sociais, como executores terminais das políticas sociais, para referenciar um arco bastante grande de ações profissionais que se desenvolvem em diversos espaços sócio-ocupacionais. Por isso, seu tratamento se torna extremamente difícil e complexo, porém necessário à medida que as exigências do exercício profissional vão se avolumando e a qualificação das ações profissionais vai se tornando um imperativo cada vez maior para o processo de consolidação do projeto ético-político do Serviço Social.

Este texto tratará o tema em três tempos, enfrentando o desafio de tentar organizar a discussão do assunto. No primeiro, situam-se a orientação e o acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias, vinculados ao caráter educativo da profissão. Em seguida, assumem-se a orientação e o acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias como ações socioeducativas articuladas no âmbito dos processos socioassistenciais. Posteriormente, as ações são discutidas no bojo das políticas sociais, sendo enfatizada a dimensão técnico-operativa. Finalmente, como conclusão, discute-se as implicações da proposição efetuada no texto, considerando seus dilemas e desafios.

2 O caráter educativo da orientação e do acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias

As bases do pensamento crítico dialético no Serviço Social permitiram compreender que as ações profissionais estão profundamente condicionadas pelas relações entre as classes na sociedade capitalista e que elas interferem na reprodução material e social da força de trabalho, tanto por meio das ações materiais como das ações de cunho sociopolítico e ideocultural. Ou seja, participam da reprodução das relações sociais que se faz por meio da reprodução de valores, de modos de vida e de práticas culturais e políticas. Nesse sentido, as ações profissionais são dotadas de caráter



educativo e se desenvolvem mediatizadas pelas políticas sociais que garantem o acesso aos serviços, programas e benefícios sociais (IAMAMOTO, 1999; YASBEK, 1999; SIMIONATTO, 1999; CARDOSO, MACIEL, 2000; ABREU, 2002; 2004).

Na esteira desse pensamento, Cardoso e Maciel (2000, p. 142) afirmam que a profissão “se institucionaliza e se desenvolve na sociedade capitalista como ação de cunho sócio-educativo, inscrita no campo político-ideológico, nos marcos institucionais das políticas sociais públicas e privadas”. Abreu (2002), aprofundando essa perspectiva com base no pensamento de Gramsci, afirma que as atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais têm uma “função pedagógica”, cujo princípio educativo está condicionado pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais. A materialização dos resultados advindos dessa função e de sua direção pode ser observada nos processos de luta das classes subalternas, nas práticas de gestão de recursos humanos e também nas políticas sociais de caráter público ou privado. Portanto, no momento em que a profissão se redefine a partir do paradigma crítico-dialético e constrói seu projeto ético-político, firma-se um novo princípio educativo. Esse coloca em movimento, nos termos da autora, uma “pedagogia emancipatória” que, no contexto do processo histórico, visa a contribuir para subverter a maneira de pensar e de agir dos homens enquanto totalidade histórica e assim subverter a ordem intelectual e moral estabelecida no capitalismo.

Diante dessas afirmações, pode-se dizer que discutir orientação e acompanhamento significa discutir o caráter educativo dessas ações, uma vez que interferem diretamente na formação de condutas e subjetividades de sujeitos que frequentam o cotidiano dos diferentes espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social (VASCONCELOS, 2000). Nesse contexto, postula-se a **orientação** e o **acompanhamento** como ações de natureza socioeducativa que, como os próprios nomes indicam, interferem diretamente na vida dos indivíduos, dos grupos e das famílias. Movimentam-se no terreno contraditório “tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho” (YASBEK, 1999, p. 90). São determinadas pelo paradigma teórico-metodológico e ético-político dos profissionais que as realizam de acordo com



determinados projetos de profissão e de sociedade. A orientação e o acompanhamento, enquanto ações socioeducativas realizadas por assistentes sociais alinhados ao atual projeto ético-político da profissão, podem

contribuir para o fortalecimento de processos emancipatórios, nos quais há a formação de uma consciência crítica dos sujeitos frente à apreensão e a vivência da realidade, sendo ela, também facilitadora de processos democráticos, garantidores de Direitos e de relações horizontais entre profissionais e usuários, ao mesmo tempo que projeta a sua emancipação e a transformação social. (LIMA, 2006, p. 137).

Para Lima (2006), essas finalidades condicionam os objetivos e os procedimentos necessários à sua realização e se constituem como mediações privilegiadas no processo de materialização de Direitos e consolidação da Cidadania porque possibilitam aos sujeitos graus ascendentes de autonomia¹.

O desenvolvimento dessas ações, de acordo com Miotto e Nogueira (2006); Miotto (2006) e Lima (2006), está vinculado a três grandes processos de articulação das ações profissionais que são os processos político-organizativos, processos de planejamento e gestão e os processos socioassistenciais. Resumidamente, os processos político-organizativos correspondem ao conjunto de ações profissionais, entre as quais se destacam as de mobilização e assessoria, que visam à participação política e à organização da sociedade civil para garantir e ampliar os Direitos na esfera pública e exercer o controle social. Os processos de planejamento e gestão correspondem ao conjunto de ações de planejamento, gestão e administração de políticas sociais, de instituições e de empresas públicas ou privadas, bem como do próprio trabalho do Serviço Social. Os processos socioassistenciais correspondem ao conjunto de ações profissionais desenvolvidas, a partir de demandas singulares, no âmbito da intervenção direta com os usuários em contextos institucionais.

¹ Autonomia entendida, de acordo com Pereira (2000, p. 70), como “a capacidade do indivíduo de eleger objetivos e crenças, de valorá-los com discernimento e de pô-los em prática sem opressões. Isso se opõe à noção de auto-suficiência do indivíduo perante as instituições coletivas ou, como querem os liberais, à mera ausência de constrangimentos sobre preferências individuais, incluindo no rol desses constrangimentos os direitos sociais que visam protegê-lo”.



Esses processos se articulam dialeticamente e estão fundados na dimensão investigativa da profissão, no planejamento e na documentação das ações profissionais. Isso significa dizer que as ações socioeducativas acontecem vinculadas aos três eixos propostos, tendo em vista as mesmas finalidades. Porém, assumem objetivos diferenciados e formas particulares de desenvolvimento de acordo com as demandas e as necessidades advindas dos diferentes âmbitos em que transitam os assistentes sociais. Considera-se que a orientação e o acompanhamento, tradicionalmente vinculados ao atendimento de demandas singulares de indivíduos, grupos e famílias, configuram-se como ações socioeducativas que se desenvolvem nos processos socioassistenciais e que se articulam organicamente com os processos de planejamento e gestão e com os processos político-organizativos.

Resumindo, concebe-se que a lógica das ações socioeducativas, realizadas no escopo dos processos socioassistenciais, está centrada nos usuários, enquanto sujeitos de Direitos. Nessa lógica, desenvolve-se, por meio das relações que se estabelecem entre assistentes sociais e usuários, um processo educativo que possibilita aos usuários, a partir de suas individualidades, apreender a realidade de maneira crítica e consciente, construir caminhos para o acesso e usufruto de seus direitos (civis, políticos e sociais) e interferir no rumo da história de sua sociedade. Essa concepção exige, por um lado, o rompimento com a lógica tradicional dos processos sócio-assistenciais por ser ela calcada prioritariamente na consecução dos objetivos institucionais, em respostas pontuais às demandas marcadas por uma leitura fragmentada da realidade social e por ter ela um caráter disciplinador.

Como Iamamoto e Carvalho já afirmavam que

[...] a existência de uma relação singular no contato direto com os usuários – ‘os clientes’ – o que reforça um certo espaço para atuação técnica, abrindo a possibilidade de se reorientar a forma de intervenção, conforme a maneira de se interpretar o papel profissional. A isso acresce outro traço peculiar ao Serviço Social: a indefinição ou fluidez do ‘que é’ ou ‘do que faz’ o Serviço Social, abrindo ao assistente social a possibilidade de apresentar propostas de trabalho que ultrapassem

meramente a demanda institucional. Tal característica apreendida às vezes como estigma profissional, pode ser reorientada no sentido de ampliação de seu campo de autonomia, de acordo com a concepção social do agente sobre a prática. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982, p. 80-81).

Por outro lado, exige enfrentar o desafio de dar materialidade ao papel transformador que as ações socioeducativas podem ter no cenário da sociedade capitalista atual; um cenário adverso à medida que induz à refuncionalização e à mistificação das relações pedagógicas mediante estratégias de reorganização da cultura dominante. No Serviço Social, particularmente os processos socioassistenciais tornam-se um terreno fértil para a retomada de ações profissionais com características de “ajuda psicossocial individualizada”. Essas aparecem metamorfoseadas na “adequação de posturas pedagógicas subalternizantes às necessidades e demandas colocadas pela intensificação da exploração, do envolvimento produtivo do trabalhador e do controle persuasivo do trabalho pelo capital” (ABREU, 2004, p. 47; p. 64).

Diante disso, torna-se imperativo que os assistentes sociais saibam o que fazem e para que fazem. Nessa direção discute-se em que consistem as ações socioeducativas com indivíduos, grupos e famílias.

3 As ações socioeducativas

As ações socioeducativas, no âmbito dos processos socioassistenciais, se estruturam sobre dois pilares. Um relacionado à socialização de informações e outro referente ao processo reflexivo desenvolvido na trajetória da relação estabelecida entre profissionais e usuários. São eles que dão sustentação ao processo educativo que tem como finalidade os princípios contidos no código de ética do assistente social de 1993.

A **socialização das informações** está pautada no compromisso da garantia do direito à informação, como direito fundamental de cidadania. Cepik (2000) classifica o direito à informação como um direito civil, político e social e destaca a sua centralidade para a construção da cidadania contemporânea. Para o autor a socialização da



informação constitui-se, por um lado, como uma pré-condição para a incorporação plena de indivíduos e sujeitos coletivos, de forma organizada e qualificada, aos processos decisórios. Por outro, instaura a possibilidade de uma efetiva contraposição à lógica das grandes organizações, sejam elas estatais ou empresariais. Assim, ela constrói possibilidades de ajudar a qualificar a relação entre “sujeitos autônomos numa esfera pública reconstruída”. Além disso, destaca que, apesar de o direito à Informação estar contemplado na Constituição Federal de 1988, o Brasil enfrenta “o enorme desafio político, legal e administrativo de democratizar o acesso à informação, uma condição essencial para expansão e aprofundamento da própria cidadania” (CEPIK, 2000, p. 12).

A socialização das informações, de acordo com Silva (2000, p. 124), é um componente fundamental para a viabilização de direitos, pois se apresenta como uma ação de fortalecimento do usuário para acessar esses direitos e para mudar a sua realidade. Além disso, é uma alternativa para a “tradicional orientação” vinculada à normatividade legal e ao enquadramento institucional dos usuários. Para a autora, a perspectiva do Direito nessas ações é conferida por meio de dois aspectos. Um atribuído ao compromisso com a cidadania e, portanto, entendida como um processo de politização. Outro que consiste na compreensão do usuário como um “sujeito de valores, interesses e demandas legítimas”, referenciado numa realidade imediata, porém conectada às relações de classes e ao contexto global.

Ressalta-se nessas considerações que o direito à informação não está restrito apenas ao conhecimento dos direitos e do legalmente instituído nas políticas sociais. Inclui-se o direito dos usuários de usufruírem de todo conhecimento socialmente produzido, especialmente daqueles gerados no campo da ciência e da tecnologia, necessário para a melhoria das condições e qualidade de vida ou para que os usuários possam acessar determinados bens ou serviços em situações específicas. Acresce-se ainda que o direito à informação não se restringe ao acesso à informação. Ele pressupõe também a compreensão das informações, pois é ela que vai possibilitar seu uso na vida cotidiana. Dessa forma, o uso da informação ou a incorporação da informação pelos sujeitos, torna-se um indicador importante de avaliação no processo de construção da autonomia dos indivíduos, dos grupos e das famílias, que é a grande finalidade das ações educativas.



Diante disso, pode-se dizer que as informações requeridas do assistente social no seu cotidiano são múltiplas e abrangentes. Abrangem desde o conhecimento dos direitos e da forma de acessá-los, passam por informações referentes ao funcionamento das instituições e dos serviços, da organização do trabalho profissional, dos direitos dos usuários e chegam àquelas relacionadas às necessidades básicas ou às condições específicas de indivíduos ou grupos. Porém, a forma como são trabalhadas essas informações é fundamental para a construção da consciência crítica.

O **processo reflexivo**, característico das ações socioeducativas, se desenvolve no percurso que o assistente social faz com os usuários para buscar respostas para suas necessidades, imediatas ou não. Pauta-se no princípio de que as demandas que chegam às instituições, trazidas por indivíduos, grupos ou famílias, são reveladoras de processos de sujeição à exploração, de desigualdades nas suas mais variadas expressões ou de toda sorte de iniquidades sociais. Ele tem como objetivo a formação da consciência crítica. Esse objetivo somente se realiza à medida que são criadas as condições para que os usuários elaborem, de forma consciente e crítica sua própria concepção de mundo. Ou seja, que se façam sujeitos do processo de construção da sua história, da história dos serviços e das instituições e da história da sua sociedade.

De acordo com Lima (2006), a sustentação desse processo reflexivo, para vários pesquisadores assistentes sociais, acontece por meio da interpenetração de dois elementos fundamentais que são o diálogo e a problematização. Essas categorias são originárias do pensamento de Paulo Freire, das suas proposições sobre o processo de conscientização enquanto base de uma educação para a liberdade. Nessa direção, Faleiros, em diálogo com Freire, vincula a conscientização à ação e afirma que

o ponto de partida teórico e prático para o movimento de conscientização é a própria realidade, a realidade concreta histórica como um todo, e que se manifesta nas particularidades de cada situação [...] A conscientização não se produz num movimento de idéias, mas se enraíza nas situações concretas, nas contradições, nas lutas cotidianas para superação dessas contradições. Assim, o diálogo não é um meio de persuasão ou de orientação, uma estratégia de convencimento e

manipulação, mas uma relação, uma comunicação, um intercâmbio de mensagens a partir de situações específicas, de relações de poder e de uma visão geral do processo social. (FALEIROS, 1981, p. 99-100).

Faleiros (1997) também tem destacado a importância das ações dos assistentes sociais para explicitar relações de poder presentes no contexto institucional. Nessa perspectiva o diálogo e o agrupamento dos usuários, em torno de questões pertinentes aos serviços ou a garantia de direitos, são capazes de produzir mudanças, especialmente nas relações institucionais. Vasconcelos (2006), ao discutir a prática profissional dos assistentes sociais na área da saúde, afirma que a prática reflexiva torna possível a politização da demanda e o fortalecimento dos usuários enquanto sujeitos políticos coletivos.

É importante assinalar ainda que a forma como se estrutura o processo educativo é reveladora da direção desse processo. Por isso, o estabelecimento de vínculos e a conformação de uma relação democrática entre profissionais e usuários são fundamentais para que o processo educativo alcance seus objetivos. Ou seja, espera-se que por meio do processo educativo, o usuário – com informação e reflexão – ganhe mais autonomia para circular no espaço social, tomar decisões sobre as formas de conduzir sua vida, avançar na consciência de sua cidadania e ter participação em diferentes instâncias da esfera pública, especialmente nas de controle social.

Finalizando, as ações socioeducativas no âmbito dos processos socioassistenciais² ocorrem em instituições, serviços ou programas vinculados às diferentes políticas sociais (seguridade social, habitação, criança e adolescente, emprego e renda, entre outras), de natureza pública ou privada, e também no campo sociojurídico. O vínculo com esses diferentes campos confere a essas ações configurações particulares que

² A discussão das ações socioeducativas no âmbito dos processos socioassistenciais foi efetuada nesse texto de forma sucinta, atendendo as suas finalidades e as possibilidades do momento. Porém, trata-se de uma discussão que necessita ser aprofundada e explorada, principalmente a partir das proposições gramscianas. Nelas, o processo educativo é visto como meio utilizado pelas classes fundamentais para preparar, estabelecer e consolidar a hegemonia. O processo educativo ocorre em dois níveis: o da “macro-educação” e o da “educação molecular”. A “educação molecular” é voltada para o indivíduo e o prepara para a sociedade, enquanto que a “macro-educação” visa, em primeiro plano, ao homem-coletivo. (ABREU, 2002; JESUS, 2005; PIRES, 2003).



exigem conhecimento das demandas ou dos segmentos sociais que esses campos visam a atender. Porém, mesmo com as particularidades dos diferentes campos profissionais, as ações socioeducativas se orientam em todos eles pelas mesmas finalidades e se estruturam a partir dos seus dois pilares: a socialização das informações e o processo reflexivo. Além disso, considerando que as demandas configuradas nos diferentes campos nada mais são do que diferentes expressões da questão social, as ações socioeducativas não podem ser conduzidas de forma fragmentada e aleatória. Portanto, encaminha-se a discussão para a sua dimensão operativa.

4 As ações socioeducativas com indivíduos, grupos e famílias

As ações socioeducativas com indivíduos, grupos e famílias no âmbito dos processos socioassistenciais ganham materialidade e legitimidade à medida que se inscrevem de forma articulada nos processos de trabalho compartilhados nas diferentes instituições, serviços ou programas. Trata-se de ações planejadas, equacionadas aos objetivos do Serviço Social e conectadas ao conjunto de outras ações desenvolvidas no âmbito dos processos socioassistenciais, dos processos de planejamento e gestão e dos processos político-organizativos.

Nessa perspectiva, a proposição dessas ações requer em primeiro lugar conhecimento. Conhecimento do espaço sócio-ocupacional e do campo em que o assistente social está inserido. Os espaços sócio-ocupacionais se organizam a partir de um conjunto de princípios e finalidades voltado, especialmente, à execução de determinadas políticas sociais. Estão estruturados dentro de um campo de proposições, recursos e diretrizes voltadas ao atendimento de determinadas necessidades/direitos de cidadania ou de determinados segmentos da população. Conhecer o espaço de trabalho implica ter informações sobre as postulações legais referentes a ele e às políticas sociais correspondentes, entender a dinâmica de organização e funcionamento desses espaços e conhecer o próprio objeto de trabalho desse campo. Ou seja, compreender como se expressam nesses espaços os princípios e diretrizes das políticas sociais e o debate teórico-metodológico em torno de seu objeto (saúde, assistência social, educação). Assim, a qualificação técnica e teórica do assistente social possibilita,



por um lado, um processo educativo (informação/reflexão) qualificado e resulta em análises fundamentadas desses espaços. São essas que viabilizam o encaminhamento de ações para a desburocratização dos serviços e para a criação de espaços de gestão democrática, com participação dos usuários.

As ações socioeducativas requerem também conhecimento das demandas/necessidades dos usuários, tanto nas suas singularidades, como no conjunto dos usuários ao longo do tempo (conhecimento cumulativo). Esse conhecimento se completa com as informações sobre o território onde vivem os usuários que buscam a instituição ou o serviço. Território é entendido, de acordo com Santos (1985), como espaço geográfico, histórico e político construído por meio de relações entre diferentes atores que determinam o conjunto de condições em que vive a população. A noção de território pressupõe articulação entre a dinâmica demográfica e a dinâmica socioterritorial e, em decorrência disso, também é entendida como espaço da intersectorialidade de ações e políticas públicas, para resolver problemas concretos de uma população (KOGA; NAKANO, 2007). Dessa forma, o conhecimento do território é essencial tanto para elaborar, no próprio espaço institucional, respostas às necessidades dos usuários como para inseri-los nos espaços de participação sociopolíticas e na rede de serviços.

O conhecimento advindo das diferentes fontes e trabalhado de forma articulada é que torna possível a proposição e o planejamento das ações socioeducativas. O planejamento implica a definição dos objetivos dessas ações, a partir dos diferentes espaços ocupados pelos assistentes sociais nos serviços, nos programas ou nas instituições e dos sujeitos destinatários das ações. Inclui, ainda, as formas de abordagem dos sujeitos e os instrumentos necessários para sua realização. No contexto dos serviços, programas e instituições, de natureza pública ou privada, elas acontecem no momento em que os assistentes sociais desempenham ações de caráter marcadamente pericial ou socioemergencial e se constituem em ações que têm como objetivo precípuo o desenvolvimento do processo educativo. Explicando melhor, o caráter educativo no primeiro caso (ações socioemergenciais e periciais) não define a ação, pois ela tem como objetivo principal emitir um parecer sobre uma determinada situação ou tomar uma

providência em caráter de urgência. No escopo dessas ações, o processo educativo tem um alcance condicionado aos objetivos dessas ações e às condições nas quais se realizam. Por isso, tende a fixar-se na socialização de informações e nos encaminhamentos para atender às demandas dos usuários.

As ações socioeducativas, que têm como objetivo precípua desenvolver o processo educativo, são propostas que se constroem a partir do conhecimento e análise das necessidades postas pela totalidade dos usuários, pelas finalidades dos serviços e também pelas características dos territórios. Assim, a definição das ações a serem implementadas é orientada para mudanças no perfil das demandas dos usuários e também de suas relações no contexto social. Por isso, se realizam dentro de um plano de construção do processo educativo, que é estruturado no circuito da informação, diálogo, problematização e reflexão e que cria condições de avaliação. As avaliações das ações socioeducativas são imprescindíveis para que se possa verificar o impacto delas na vida dos usuários, bem como nos serviços. Isso pode ser realizado por meio da identificação de alterações no quadro das demandas e nas formas de relacionamento entre usuários e serviços. Sob esse prisma pode-se dizer que os assistentes sociais trabalham o processo educativo em dois planos. Num em que o caráter educativo é subsidiário de uma outra ação, e noutro em que as ações se definem a partir do processo educativo. Nesse plano, a ação educativa não está atrelada à singularidade da demanda, mas trabalha, em primeira instância, na formação da consciência crítica e na autonomia dos usuários.

Os espaços em que ocorrem as ações educativas são múltiplos. Geralmente o plantão social, tão comum nesses espaços, abriga as ações de caráter emergencial e tem sido a porta de entrada dos usuários para o acesso aos direitos de cidadania, a começar pelo direito à informação. Como afirmou Sarmiento (2000, p. 106): “o atendimento emergencial àqueles que estão diante da falta de condições de produzir sua subsistência é um direito social”. O caráter educativo que se imprime a essas ações é importante no acesso a direitos que são cruciais para a vida dos usuários e também no processo de construção da cidadania. Além do plantão social, são incontáveis as possibilidades para a realização de ações socioeducativas. Essas possibilidades se multiplicam quando se considera a diversidade de espaços em que circulam os assistentes sociais: no arco dos



serviços, programas e instituições aos quais se vinculam e nas diferentes áreas de trabalho. A efetivação dessas ações depende das proposições do Serviço Social e da eleição de suas prioridades no seu plano de trabalho.

Das ações socioeducativas, participam indivíduos, famílias e grupos de indivíduos, que de forma direta ou indireta se referenciam entre si. Ou seja, quando um indivíduo participa de encontros com o assistente social, muito provavelmente ele está referenciado numa família ou num grupo. Ou, quando os indivíduos participam de grupos caracterizados por uma determinada situação (por exemplo: gestantes, idosos) além de estarem conectados entre si, também estão vinculados a diferentes famílias. Essa condição de co-referencialidade imprime às ações socioeducativas um efeito multiplicador. Esse efeito se materializa à medida que os sujeitos, ao se transformarem, introduzem mudanças nos ambientes ou grupos dos quais participa.

As abordagens mais utilizadas no contexto das ações educativas são as individuais e as grupais. A formação de grupos é altamente recomendável porque permite, por meio da reunião de diferentes sujeitos, a realização do processo educativo de forma coletiva. Tanto nas reuniões como nos encontros individuais (entrevistas), que são os instrumentos utilizados para a abordagem dos sujeitos, o desenvolvimento do processo educativo se faz com a utilização de inúmeros recursos. Esses incorporam técnicas de dinâmica de grupo, recursos audiovisuais, técnicas de reconhecimento do território, entre muitas outras. A escolha da forma de abordagem, dos instrumentos e das técnicas a serem utilizadas vai depender dos objetivos propostos para ação, dos destinatários das ações, e das características das instituições e dos profissionais. Portanto, todo o seu percurso necessita de planejamento e avaliação sistemática.

Finalmente, é importante assinalar que as ações socioeducativas se constituem como processos que se constroem e se reconstroem continuamente, não existindo modelos pré-definidos. Porém, para desenvolvê-las, é necessário estabelecer um alto grau de coerência entre a direção teórico-metodológica e ético-política e a definição dos objetivos e dos procedimentos operativos. Essa coerência é necessária à medida que são os procedimentos que dão materialidade às possibilidades de os sujeitos aprenderem

novas formas de se relacionarem e se posicionarem na sociedade em que vivem. É por meio da clareza na compreensão e na proposição do *como* se faz que se constrói uma ação profissional menos improvisada e mais legítima teoricamente (LIMA, 2006).

5 Considerações Finais

Ao término deste texto, duas considerações devem ser realizadas: uma referente à proposição efetuada e outra concernente aos dilemas e desafios dessa proposição para os assistentes sociais. Quanto à proposição da orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias como ações socioeducativas, que se desenvolvem no âmbito dos processos socioassistenciais, considerou-se que ela representa a possibilidade de fortalecer a discussão de ações construídas historicamente pela profissão, a partir da perspectiva crítico-dialética. Dessa forma, acredita-se que a qualificação das referidas ações no quadro do debate teórico-metodológico contemporâneo propiciará, por um lado, a sustentação das competências atribuídas ao assistente social pela Lei n. 8.662/1993. Essa Lei, no artigo 4º, particularmente nos itens III e V, afirma que são competências do assistente social:

encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e a população [e] orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos. (CRESS/SC, 1999).

Por outro lado, poderá contribuir para a consolidação do projeto ético-político à medida que possibilita rearticular o trânsito entre teoria e prática. Essa rearticulação é fundamental para que as ações profissionais, desenvolvidas em espaços tradicionais de trabalho dos assistentes sociais, não se percam no labirinto da desqualificação e da dispersão em referências teóricas que pouco têm a ver com o projeto da profissão.

Os dilemas e desafios contidos na proposição apresentada são inúmeros e estão relacionados tanto a questões de natureza técnica, como de natureza ética. Os de natureza técnica concentram-se no desafio de construir processos educativos em situações, na maioria das vezes, muito adversas. Ou seja, em momentos em que as



carências e o sofrimento marcam a trajetória dos usuários nas diferentes áreas do exercício profissional e em que a ansiedade por “respostas rápidas” torna-se a tônica do processo de atendimento. Os de natureza ética se referem aos dilemas que o próprio processo educativo impõe sobre natureza das mudanças a serem efetuadas. Nele, o assistente social defronta com questões relativas a: o que mudar e para que mudar? Até que ponto o respeito a determinados valores e crenças dos usuários deve prevalecer, se muitos deles concorrem para a reprodução da própria subalternidade? Ou até que ponto se imprime mudanças que disciplinam o usuário e que impossibilitam a autonomia? Enfim, são questões como essas, tanto de natureza técnica como ética, que merecem ser aprofundadas para que se possa construir processos educativos na perspectiva emancipatória.

Concluindo, com base nas contribuições gramscianas, é possível dizer que as ações socioeducativas, realizadas no âmbito dos processos socioassistenciais criam condições para que ele elabore, de maneira crítica e consciente, sua própria concepção de mundo e que participe ativamente na produção da história do mundo construindo uma nova cultura. Dessa forma, os assistentes sociais colocam em movimento o princípio educativo da “pedagogia emancipatória” proposto por Abreu (2002). Este, segundo a autora, erigiu-se a partir de condições sócio-históricas e político-ideológicas de elaboração e desenvolvimento de um projeto profissional de caráter ético-político, calcado no paradigma crítico-dialético.

Referências

ABREU, M. M. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 61, p. 43-71. 2004.

_____. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.

CARDOSO, F. G; MACIEL, M. *Mobilização social e práticas educativas*. Brasília: UnB, 2000. p. 139-149. (Cadernos Capacitação em Serviço Social e Políticas sociais, módulo 4).

CEPIK, M. Direito à Informação: situação legal e desafios. *iP informática pública*. Belo Horizonte: Prefeitura BH, n. 2, 2000. Disponível em: <<http://www.ip.pbh.gov.br>>. Acesso em: 18 fev. 2006.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Coletânea de Leis*. Florianópolis: CRESS/12ª Região, 1999.

FALEIROS, V. de P. *Metodologia e ideologia do Trabalho Social*. São Paulo: Cortez, 1981.

_____. *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1997.

IAMAMOTO, M. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1982.

JESUS, C. da S. de. *O Serviço Social e as ações sócio-educativas com famílias: um estudo sobre as publicações dos assistentes sociais*. 2005. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

KOGA, D; NAKANO, M. Perspectivas Territoriais e Regionais para as Políticas Públicas Brasileiras. *A Abong nas Conferências 2005 criança e adolescente: assistência social*. Brasília, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em: 23 fev. 2007.

LIMA, T. C. S. *As ações sócio-educativas e o projeto ético político do Serviço Social: tendências da produção bibliográfica*. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MIOTO, R. C. T. *A dimensão técnico-operativa do exercício profissional dos assistentes sociais em foco: contribuições para o debate*. Florianópolis: UFSC/DSS/CSE, 2006. (Trabalho não publicado).



____; NOGUEIRA, V. M. R. Sistematização, Planejamento e Avaliação das ações profissionais no campo da saúde. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho Profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, P. A. P. *Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

PIRES, S. R. de A. *Serviço Social: função educativa e abordagem individual*. 2003. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Studio Nobel; 1985.

SARMENTO, H. B. de M. *Serviço Social: das tradicionais formas de regulação sócio-política aos redirecionamentos de suas funções sociais*. Brasília: UnB, 2000. p. 94-109. (Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais, módulo 4).

SILVA, M. L. L. da. *Um novo fazer profissional*. Brasília: UnB, 2000. p. 111-124. (Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais, módulo 4).

SIMIONATTO, I. *As expressões ideoculturais da crise capitalista da atualidade*. Brasília: UnB, 1999. p. 77-90. (Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais, módulo 1).

VASCONCELOS, A. M. de. *A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde*. São Paulo: Cortez, 2002.

____. *O trabalho do assistente social e o projeto hegemônico no debate profissional*. Brasília: UnB, 2000. p. 125-137. (Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais, módulo 4).

____. *Serviço Social e Práticas Democráticas na Saúde*. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho Profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.